

GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL

Sala 97 do Palácio do Planalto

Presentes:

GOV: Maria Victoria Hernandez (SG/PR), Lais Figueiredo Lopes (SG/PR), Pedro de Carvalho Pontual (SG/PR), Evânio Antônio de Araujo Júnior (SG/PR), Valdemar Carvalho (AGU), Julio Cesar Oba (AGU), Adriana Mendes Oliveira (MPOG), Felix Lopez (IPEA), José Eduardo Romão (CGU), Maria Laura Brandão Canineu (CC), Lídia Yoshikawa (CC), Aldino Graef (CC), Fernanda Alves dos Anjos (MJ), Davi Brasil Simões Pires (MJ), Ivelise Carla Vinhal Calvet (MJ), Paula Ravanelli Losada (SRI), Isamara Barbosa Caixeta (MF) e Sabrina Maciel (MF).

OSC: Daniel Rech (UNICAFES), Anna Cynthia Oliveira (GIFE), Luiz Claudio Mandela (CÁRITAS), Sílvio Santana (Fundação ESQUEL), Adriana Ramos (ISA), Vera Masagão Ribeiro (ABONG), Rosiléa Maria Roldi Wille (CESE/CLAI-BRASIL), Eduardo Vieira Mesquita (FENAPAES), Sandra Marinho Costa (FENAPAES), Juliana Ramalho (CEBRAAF) e Dora Sílvia Cunha Bueno (CEBRAAF).

Observador: Nelson Arns Neumann (Pastoral da Criança)

Pauta

10:00 – **Reunião dos Subgrupos de Trabalho**

12:30 – almoço

14:00 – **Grupo de Trabalho Interfederativo - Convênios com Estados e Municípios** (Paula Losada – Subchefia de Articulação Federativa da Secretaria de Relações Institucionais)

14:30 – **Nova funcionalidade do SICONV: comprovação de exercício de atividades das entidades privadas sem fins lucrativos** (Pedro Nelson Machado Coelho – Analista Técnico da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão)

15:30 – **Debates**

16:00 – Intervalo

16:15 – **Apresentação dos trabalhos dos subgrupos e próximos passos**

18:00 – Encerramento

Principais assuntos abordados, propostas e encaminhamentos:

Grupo de trabalho interfederativo – convênios com estados e municípios

A representante da Secretaria de Relações Institucionais informou que desde 2003 atua no âmbito da SRI o Comitê de Articulação Federativa (CAF), instância permanente de diálogo e pactuação de políticas públicas com os entes federados. Em 2011, o Comitê atuou prioritariamente na discussão e revisão da normativa sobre o repasse de recursos entre governo federal e entes subnacionais. SG e SRI vão designar representantes para participação em ambos os grupos.

Encaminhamento: SG vai participar do GT da SRI e a SRI vai participar do GT da SG

Nova funcionalidade do SICONV: comprovação de exercício de atividades das entidades privadas sem fins lucrativos

A nova funcionalidade visa atender a regra de comprovação do período de 3 anos de exercício pela entidade privada sem fins lucrativos de atividades referentes à matéria objeto do convênio, incorporada ao ordenamento pelo Decreto nº 7.568/11.

Encaminhamento: Enviar sugestões e opiniões para a equipe responsável pelo SICONV pelo e-mail convenios@planejamento.gov.br ou convenios-normas@planejamento.gov.br

Atividades do subgrupo de acreditação

A discussão realizada no subgrupo de acreditação tratou das três metas de curto prazo previamente delimitadas.

Em relação à revisão dos códigos dos tipos societários das organizações da sociedade civil na CONCLA/CNAE/MPOG, discutiu-se versão preliminar de texto elaborado pela sociedade civil que será apresentado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Complementação será feita ainda pela sociedade civil na parte que se refere ao CNAE e na revisão da CONCLA.

Encaminhamento: Marcar reunião com o MPOG para discutir a revisão dos códigos na CONCLA/CNAE.

Quanto à revogação do título de utilidade pública federal, documento preliminar foi produzido identificando o cenário existente. Pretende-se avançar na discussão sobre esses benefícios, garantindo que não haja perda de garantias já conquistadas.

Encaminhamento: Aprofundar os estudos sobre o impacto e benefícios concedidos. Mapear dados sobre a utilização de incentivos fiscais para OSCs no Brasil.

Por fim, apresentou-se proposta de oficina de alinhamento sobre acreditação para a promoção de um debate acerca do sentido de “acreditar” e delimitação de novos rumos para o processo. A oficina pretende seguir metodologia de diálogo e concertação social utilizada pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

Encaminhamentos: Encaminhar sugestões de participantes e provocadores para a oficina de acreditação. Elaborar perguntas e textos nos termos da metodologia a ser utilizada.

Atividades dos subgrupos de fortalecimento institucional, contratualização e responsabilização

Apresentou-se proposta de instrumento de repasse e fomento das organizações da sociedade civil a ser traduzida em um novo arcabouço legal, visando suprir lacunas e obstáculos advindos da adoção do convênio como forma prioritária de relação entre entidades e o Estado. A proposta pode ser desmembrada em três dimensões: primeiro, fomento às entidades privadas sem fins lucrativos. Uma das possibilidades seria abrir edital e convocar as entidades a se candidatarem. A segunda contemplaria o apoio a projetos tecidos no bojo das organizações da sociedade civil e não necessariamente contemplados dentre as ações governamentais já previstas. Por fim, a parceria propriamente dita e hoje mais comumente contratualizada por meio do convênio ou, ainda, por termo de parceria, seria abordada na terceira dimensão. Para esta seria criado um novo instrumento, no momento inominado, mas que poderia ser uma espécie de “contrato de colaboração”.

Encaminhamentos: Analisar legislação vigente, propostas elaboradas no mesmo sentido e redigir anteprojeto de lei para ser discutido na próxima reunião.

Outros encaminhamentos, informes e encerramento da reunião

Informou-se sobre reuniões realizadas junto a Escola da AGU e a ENAP para delimitação de cursos de capacitação para gestores e membros das organizações da sociedade civil. Quanto aos demais produtos, enfatizou-se a relevância de que seja aprofundada a discussão sobre uniformização de entendimentos, principalmente a relacionada com o pagamento de pessoal e passivos trabalhistas devido às interpretações controversas difundidas sobre o tema.

Encaminhamento: Aprofundar a discussão sobre uniformização de entendimentos, em especial, em relação ao pagamento de pessoal, a partir da veiculação de texto provocador a ser enviado pela sociedade civil.

Após deliberação, decidiu-se marcar o próximo encontro para o dia 06 de março de 2012 e encerrou-se a reunião.